

RECURSO ESPECIAL Nº 1.584.111 - MT (2016/0039731-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
RECORRENTE : CATIA REGINA GOLDANI SARMENTO
RECORRENTE : ALEXANDRE JOSE GOLDANI
RECORRENTE : CLAUDIA ELISA GOLDANI
RECORRENTE : FRANCISCA DOS REIS GOLDANI
ADVOGADOS : HENRIQUE DA COSTA NETO - MT003710
NELSON SARAIVA DOS SANTOS E OUTRO(S) - MT007720B
RECORRIDO : CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA - ESPÓLIO
ADVOGADO : ROBERTO ZAMPIERI - MT004094

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por CÁTIA REGINA GOLDANI SARMENTO e OUTROS com fundamento no art. 105, III, alínea "a", da Constituição Federal.

Consta dos autos que Francisca dos Reis Goldani e Valdir José Goldani (substituído pelos recorrentes após seu falecimento) ajuizaram ação de reintegração de posse em face de Carlos Antonio Nogueira (posteriormente substituído por seu espólio, ora recorrido).

O Juízo de Primeiro Grau reconheceu o esbulho e determinou que, após o trânsito em julgado da sentença, fosse expedido o mandado de reintegração de posse em favor dos recorrentes.

O espólio ora recorrido interpôs apelação, à qual o Tribunal de Justiça do Estado do Mato Grosso negou provimento, nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 1.982):

RECURSO DE APELAÇÃO CÍVEL - INTERDITO PROIBITÓRIO - PRELIMINAR - NULIDADE DA SENTENÇA - VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA IDENTIDADE FÍSICA DO JUIZ - INOCORRÊNCIA - MAGISTRADO CONVOCADO PARA ASSUMIR OUTRA JURISDIÇÃO - INCORRETA VALORAÇÃO DAS PROVAS - DESCABIMENTO - SENTENÇA MOTIVADA E FUNDAMENTADA - AUSÊNCIA DE NULIDADE - PREFACIAL REJEITADA - AGRAVO RETIDO - CONTRADITA DE TESTEMUNHAS E

ACAREÇÃO - INSURGÊNCIA QUE NÃO PROSPERA - AGRAVO RETIDO IMPROVIDO - MÉRITO - POSSE COMPROVADA - PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS CONTIDOS NOS ARTIGOS 927 E 932 DO CPC - SENTENÇA MANTIDA - RECURSO IMPROVIDO.

Havendo a produção de prova oral em audiência, o magistrado que a presidiu fica vinculado, devendo sentenciar o feito, salvo nas hipóteses previstas no art. 132 do CPC.

O princípio do livre convencimento motivado dá ao juiz a faculdade de valorar as provas segundo sua convicção, independente da natureza delas. O que provoca a nulidade da decisão é a falta de fundamentação, e não a fundamentação deficiente ou equivocada.

Ademais, referido princípio dá ao juiz a faculdade de dispensar as provas que julgar inúteis, desnecessárias ou protelatórias, a exemplo da acareação entre testemunhas. Quanto à contradita de testemunha, somente tem vez nos casos previstos no § 1º do art. 414 do CPC.

Tendo os autores se desincumbido do ônus de demonstrar inequivocamente a presença dos requisitos previstos nos artigos 927 e 932 do CPC, em especial, que efetivamente exercem posse sobre a área litigiosa, impõe-se, em corolário, conceder a proteção possessória por aqueles pleiteada na ação de interdito proibitório.

O espólio opôs os embargos de declaração de fls. 1.997/2.008, que foram rejeitados, e, novamente, os embargos de fls. 2.179/2.184, também rejeitados.

Pela terceira vez, o espólio opôs embargos de declaração (fls. 2.226/2.237), dessa vez acolhidos pelo acórdão assim ementado (fl. 2.332):

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - OMISSÃO VOTO VISTA - ERRO DE FATO NA ANÁLISE DA PROVA DOS AUTOS - ECONOMIA E CELERIDADE PROCESSUAL - EFEITOS INFRINGENTES - RECURSO PROVIDO.

"Admissível a oposição de embargos de declaração para corrigir patente erro de fato, quanto à prova carreada aos autos, que resulte em alteração da decisão, objetivando-se alcançar a plena efetividade do processo, como instrumento de aperfeiçoamento da prestação da tutela jurisdicional, até mesmo por economia e celeridade processuais, evitando-se que a parte tenha de ajuizar a demorada ação rescisória

para se desfazer os efeitos do julgado". (TJRS - Embargos de Declaração nº 70018010645, Julgado em 17.11.2010) Os Embargos de Declaração devem ser providos quando presentes os vícios previstos no art. 535 do CPC ou evidenciada ocorrência de erro de fato na análise da prova capaz de alterar o resultado do julgamento.

Foi determinada, então, a anulação do acórdão da apelação "de modo a propiciar nova análise do caso" (fl. 2.337).

Os recorrentes alegam violação dos arts. 125, I; 183; 333, I; 471; 496, VI; 530; 535, II; 541; 927 e 932 do Código de Processo Civil de 1973. Sustentam que o acórdão em apelação faz referência a várias provas que fundamentaram a proteção possessória até então deferida, assim como o fizeram os acórdãos proferidos nos embargos de declaração opostos nas primeiras duas oportunidades. Seria inviável, portanto, a alteração de entendimento em embargos opostos pela terceira vez. Argumentam não ser razoável "o fato de o mesmo magistrado, olvidando-se de seu anterior entendimento transcrito expressamente no acórdão, passar a posicionar-se posteriormente sobre a mesma situação jurídica e dentro de um mesmo processo de maneira totalmente contraditória" (fl. 2.439). Teria ocorrido, entendem, preclusão *pro judicato*.

Em suas contrarrazões, o recorrido argumenta ter sido necessária a oposição de embargos por três vezes para que o Tribunal reconhecesse omissão quanto a questão de fato que deveria ter sido apreciada. Aponta que, em votos divergentes nos dois primeiros embargos de declaração, foi dito que havia omissão na fundamentação referente à análise das provas, já que teriam sido analisadas as provas juntadas pelos recorrentes, mas não aquelas colacionadas pelo recorrido.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Inicialmente, destaco que a decisão recorrida foi publicada antes da entrada em vigor da Lei n. 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do Código de Processo Civil de 1973, conforme Enunciado Administrativo 2/2016 desta Corte.

Assim posta a questão, observo que o acórdão recorrido se manifestou de forma suficiente e motivada sobre o tema em discussão nos autos, acolhendo embargos por omissão de matéria cujo exame levou à reforma do acórdão embargado. É certo que "a

atribuição de efeitos infringentes aos embargos de declaração é possível, em hipóteses excepcionais, para corrigir premissa equivocada no julgamento, bem como nos casos em que, sanada a omissão, a contradição ou a obscuridade, a alteração da decisão surja como consequência necessária" (EDcl no AgInt no AREsp 1.192.324/SP, Rel. Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, julgado em 28/8/2018, DJe 5/9/2018), o que afasta a tese de que ocorreu preclusão *pro judicato*.

Na oportunidade, o Tribunal de origem verificou que tinha deixado de se manifestar sobre alegação da parte recorrida, crucial para a defesa (fl. 2.334):

Assiste razão ao Embargante, porquanto, efetivamente, não me manifestei sobre as provas pontuadas pela 1ª Vogal, Des. Marilsen Andrade Addario quando do julgamento dos Embargos de Declaração nº 88860/2013 (fls. 1890/1899).

Passo a fazê-lo.

No julgamento do RAC nº 146604/2012, de Relatoria da Des. Maria Helena Gargaglione Póvoas (fls.1619/1628) foi ponderada as fotografias e a prova testemunhal. Não houve manifestação sobre as provas produzidas pelo embargante. Quais sejam: os croquis e mapas da área objeto do litígio (fls.229/234, 237, 239 e 1106/1120); a prova pericial realizada em outro feito envolvendo a área litigiosa (fls. 1714/1769).

Nesse contexto, reconheço a existência de omissão quanto à análise da prova existente nos autos, situação que justifica nova análise e garante efetiva prestação jurisdicional. Até porque não se pode materializar uma injustiça, se é crível ocorrência erro no julgamento.

A prova não apreciada no RAC nº 146604/2012 poderá modificar a perspectiva de fato em sentido diametralmente oposto ao prevalecente, de modo que está configurado erro de fato.

Se caracterizado o erro de fato na apreciação da prova dos autos capaz de alterar o julgamento, cabe oposição de Embargos de Declaração com efeito modificativo, em cumprimento aos princípios da celeridade e economia processual, porquanto se obsta eventual ajuizamento de ação rescisória.

Constatada a omissão, era imperiosa a manifestação sobre o tema, de modo que agiu corretamente aquela Corte ao acolher os embargos. Observe-se que o acolhimento,

embora com efeitos infringentes, não foi para que se julgasse de pronto o mérito, ou seja, para se definir quem tem a melhor posse a ser tutelada nesta possessória. O Tribunal procurou não desprezar os elementos de fato suscitados pela parte ora recorrida e que, conforme entendido, era essencial para a solução da lide. Desse modo, anulou o acórdão de fls. 1.982/1.993 para que novo julgamento venha a ser proferido, com adequada análise das provas.

Não houve mera alteração de entendimento, mas referência a uma prova que não havia sido cogitada nos acórdãos anteriores.

Rejeito, pois, a alegação de contrariedade ao art. 535 do CPC.

E, justamente por causa dos fundamentos acima transcritos, constata-se que o acolhimento do recurso especial quanto a alegação de violação dos outros dispositivos legais, além de depender do reexame de prova, é prematuro.

Com efeito, nos termos da transcrição supra, há questão de fato que precisa ser dilucidada, o que será feito a partir dos elementos de prova que o Tribunal de origem teve por não apreciados.

Os fatos são controversos e, mesmo no acórdão que rejeitou os primeiros embargos de declaração, houve declaração de voto vencido nos seguintes termos (fl. 2.171, os destaques não são do original):

Consoante se verifica de todo o processado, diversamente do entendimento exposto pela nobre relatora, peço vênias para dela divergir, porquanto não resta dúvida de que há omissão na fundamentação no tocante à análise das provas.

Em geral, o autor pede e a parte ré tem como objetivo precípuo combater tudo que lhe foi direcionado através de contestação, não podendo realizar pedido contraposto.

No entanto, é de se registrar que os feitos possessórios, pela peculiaridade do próprio direito material, têm natureza eminentemente dúplice, onde não há autores, nem réus, pois ambos estão no mesmo patamar processual, sendo idêntica a condição de litigantes, posto que nenhum se encontra na situação determinada de réu ou autor, mas cada um representa ambos os papéis.

E isto ocorre por força da natureza dúplice da possessória, pois o réu,

ao formular sua defesa e fornecer elementos de cognição ao juiz, estará também obtendo tutela jurisdicional, entendida esta como provimento favorável conferido àquele que tem razão na pretensão resistida.

(...)

In casu, em seu voto, a nobre Relatora, para reconhecer a comprovação da posse analisou tão somente as fotografias de fls.51/58 e a prova testemunhal.

Entretanto, **não foram apreciadas as provas apresentadas pelo embargante, as quais podem influir no resultado do julgamento, tais como croquis e mapas carreados aos autos, a exemplo das fls.229/234, 237, 239 e 1106/1120, dentre outros.**

Contudo, **uma das provas mais relevantes, em se tratando de ação possessória, passou despercebida, ou seja, a prova pericial, a qual pode ser de fundamental importância para o cotejo com as demais produzidas ao longo do processo.**

Aliás, a prova pericial, ainda que emprestada de outro processo, a meu viso, constitui um dos principais meios para a obtenção da verdade, ou às vezes a própria verdade, inclusive sobre esta prova a contestação foi bastante enfática, tecendo mais de quatro (04) folhas sobre a questão, o que não foi objeto de análise no julgamento.

No mais, não mereceu qualquer menção o questionamento do embargante no que se refere ao pedido de projeto de exploração florestal por parte do embargado Valdir, no que tange à localização da área, conforme demonstrado às fls.1338/1340.

Desta feita, assiste razão ao embargante quanto à propalada omissão do julgamento, porquanto as provas supra mencionadas devem ser objeto de análise, inclusive para confrontar com a prova testemunhal, a fim de buscar a verdade real dos fatos, especialmente porque, a teor do art.401 do CPC, não se admite a utilização de prova exclusivamente testemunhal quando o valor reclamado ultrapassa o limite do décuplo do maior salário mínimo vigente no país.

A admissão da tese de que aqueles artigos de lei foram contrariados implicaria reconhecer que a posse é dos recorrentes e que a prova citada no acórdão recorrido pode ser desprezada. Nesse contexto, em que pese a ponderável argumentação dos recorrentes, o recurso especial fica inviabilizado, conforme a Súmula 7/STJ.

Em face do exposto, nego provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora